

AS “VIAS DE RENOVAÇÃO” DO MOVIMENTO SINDICAL: reflexões para um balanço crítico

Zulene Muniz Barbosa

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

AS “VIAS DE RENOVAÇÃO” DO MOVIMENTO SINDICAL: reflexões para um balanço crítico

Resumo: Este artigo expõe algumas inquietações sobre o movimento sindical e a necessidade deste em explorar as suas vias de renovação, a partir das novas condições engendradas pela atual reestruturação produtiva.

Palavra-chave: Movimento sindical, reestruturação produtiva, crise.

THE RENEWAL WAYS OF THE UNION MOVEMENTS: thoughts for a critical review

Abstract: This article exposes some concerns about Union movements and the need for them to explore new ways of action considering the new conditions engendered by the current production restructuring.

Keywords: Union movement, restructuring of production, crisis.

Recebido em 15.04.2010. Aprovado em 16.06.2010.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1990, com o triunfo do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, "o pós-marxismo" tornou-se a postura intelectual da moda e passou a encarnar o espírito antirrevolucionário da nossa época. Do mesmo modo, a temática do movimento operário e sindical, associado ao marxismo, tornou-se alvo de ataques, suscitando uma aberta hostilidade. No meio acadêmico, a temática aparece como anacrônica e desprovida de qualquer atrativo intelectual. Remando contra a maré das correntes que, de tempo em tempo, proclamam o fim do proletariado e da própria luta de classes, o nosso artigo busca refletir sobre o que foi intitulado "as vias de renovação do movimento sindical.

Diante da chamada crise do sindicalismo, quais tarefas estão postas para um novo protagonismo sindical no século XXI? É possível a retomada do seu protagonismo, tendo como eixo o proletariado, tal como se apresenta no capitalismo de hoje, ou seja, como o resultado mais fiel das transformações capitalistas, cuja face mais perversa é o desemprego e a precarização da força humana que trabalha?

Analisando o que foi denominado crise dos sindicatos, Alves (2000) destaca duas importantes dimensões desta crise recente: a primeira é socioinstitucional, que se expressou pelo declínio das taxas de sindicalização e de representação de classe, base sobre a qual se edificou o sindicalismo fordista. A segunda é a político-ideológica, caracterizada pela integração das organizações sindicais à lógica do mercado. Entretanto, afirma o autor, a crise não aboliu a centralidade do trabalho, embora esta centralidade tenha sido questionada sob novas condições históricas. Mesmo em desacordo com análises que proclamaram o fim da centralidade do trabalho, não se pode desconhecer o quadro das mudanças que solaparam o "modelo sindical do movimento operário", universalizado a partir do seu berço histórico. Esse modelo, assentado no chamado reformismo social democrata foi, segundo Bihl (1998), incapaz de apontar uma saída para a crise do capitalismo e de fazer frente à ofensiva neoliberal, e se encontra em crise. Mas, Bihl chama atenção para o fato de que, ao mesmo tempo em que esse modelo sindical entra definitivamente em crise,

assiste-se ao nascimento ainda que tímido, incerto, hesitante de uma nova forma do movimento de emancipação do proletariado. Os desafios constam de uma longa pauta, pois além da ausência de estratégias, impera uma completa falta de representatividade das organizações, associada ao completo declínio de todas as

referências políticas e ideológicas com as quais se identificou, fatos que o colocaram numa encruzilhada histórica (BIHR, 1998)

Nesse contexto recente, as organizações sindicais não conseguem responder às novas demandas da classe trabalhadora, ganhando peso o apelo antissindical que se afirma pela destruição da resistência das organizações sindicais e outros órgãos de representação da classe trabalhadora. Nesse contexto de profunda mutação,

O modelo sindical tradicional, pautado pela preponderância das estruturas criadas para representar os operários estáveis das grandes concentrações industriais não conseguiu e ainda não consegue apresentar-se como representação de fato da forma atual, plena de heterogeneidade, da classe, marcada pelo desemprego em larga escala (dito estrutural) e pelas maneiras variadas de precarização (contrato, temporário, por tempo parcial, informalidade, terceirização" e pela nova distribuição entre trabalho especializado e não especializado, envolvendo homens e mulheres (BADARÓ, 2005).

Durante a década de 1990, o balanço do sindicalismo brasileiro não foi positivo, se comparado com a década anterior – marcada pela generalização da política. Nesse período, a partir da práxis do "novo" sindicalismo, surge a Central Única dos Trabalhadores. É possível dizer que a CUT emergiu da confluência de duas grandes tendências combativas do movimento sindical brasileiro: de um lado, um campo sem qualquer militância anterior, como o caso dos sindicalistas do ABC, ativistas forjados na luta concreta e, do outro, os sindicalistas organicamente vinculados à esquerda tradicional (socialistas e comunistas e da esquerda católica ligadas à teologia da libertação).

Em 1983, no seu congresso de fundação, a CUT reafirmou como princípio a independência ideológica e organizativa do sindicalismo cutista frente ao governo e à burguesia, com a negação de qualquer pacto social. O artigo 02 do seu estatuto a definia como: "uma central sindical classista que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política social e econômica" (Estatuto da CUT, art 2, 1983).

O sindicalismo brasileiro vivenciou assim, durante a década de 1980, um momento particular da sua história. Os movimentos grevistas começaram no ABC e se ampliaram rapidamente para o resto do país. De acordo com Almeida e Sanchez (1998, p. 77),

a importância desta ascensão do movimento sindical e político dos trabalhadores brasileiros, adquire maior relevo quando é levado em consideração, que no plano internacional, os anos 80 foram marcados pelo declínio dos sindicatos e dos partidos políticos, principalmente os de base operária e que, no Brasil, à semelhança do que ocorreu em outros países do continente, a economia entrou em profunda recessão, combinada a altos índices inflacionários.

Apartir de 1983, no contrafluxo do sindicalismo internacional, as greves gerais ganhavam dimensões nacionais, paralisando diversos setores da indústria e serviços, num protesto contra os sucessivos planos de estabilização que arrojavam continuamente os salários. A greve de 1989, apesar de ter sido uma das mais expressivas, com cerca de 35 milhões de trabalhadores paralisados, realizou-se um ano depois do III CONCUT, quando já havia sido introduzido um conjunto de mudanças no interior da CUT. Estas iriam refletir fortemente na sua concepção e prática sindical nos anos 1990.

As mudanças no estatuto, encaminhadas pelo III CONCUT pela sua corrente hegemônica, seriam decisivas para a montagem e conformação de uma estratégia sindical que, naquele congresso, começava a ser desenhada. Foram mudanças que alteravam radicalmente a composição dos congressos, bem como a escolha dos delegados, que passa a ter como palco os congressos estaduais. Essa modificação aumentou significativamente o peso das diretorias, em detrimento das bases e, conseqüentemente, das oposições sindicais, que passam a ser minorias nos fóruns máximo da central. De acordo com Rodrigues (1997, p. 117),

O III CONCUT representou, o começo da transformação de uma concepção movimentista para uma visão organizativa da Central Única dos Trabalhadores, o que estava em jogo neste congresso eram duas alternativas para o Sindicalismo – CUT: a primeira, da CUT- movimento: a Segunda da CUT. Esta venceu; iniciava-se realmente a implantação da como estrutura verticalizada, administrativa enfim como uma organização complexa e, nesse sentido, burocrática. É a construção da empresa sindical dotada de racionalidade.

Essa tendência consolidou-se no IV CONCUT, no bojo de uma conjuntura que, no plano internacional, foi marcada pelos acontecimentos do leste europeu (queda do muro de Berlim e a desagregação da união soviética). No plano interno, a vitória de Fernando Collor marcou o fracasso eleitoral das esquerdas, significando a derrota do campo democrático popular com

profundas repercussões no "novo sindicalismo" brasileiro. Sem dúvida, esses acontecimentos impulsionaram as tendências políticas e ideológicas que deram a tônica para a inserção do "novo sindicalismo" na onda regressiva das lutas sociais. Outro fator que reforçou esta tendência internamente foi a emergência da Força Sindical, em 1991, fundada por Luís Antônio Medeiros, interlocutor confiável das classes dominantes e do seu projeto de dominação, agora, sob a égide do neoliberalismo. Estruturada para abrigar o sindicalismo de resultado, a Força Sindical representou a outra face da onda de conservadorismo, que fez arrefecer o sindicalismo combativo dos anos 1980.

Nos anos 1990, inicia-se o deslocamento da Central Única dos Trabalhadores para posições que se coadunaram com a reestruturação produtiva apresentada como sinônimo de modernização e de integração do país à nova ordem mundial. A explicação para o refluxo também varia, mas uma causa é consensual entre os analistas: a queda nos índices de sindicalização decorrente das transformações oriundas do mundo do trabalho, em função da reestruturação capitalista.

Mesmo sem grandes protagonismos, na década de 1990, o movimento sindical participou de lutas sociais importantes em países como Argentina, Venezuela, Bolívia e Brasil. Essas lutas atingiram patamares significativos de confronto, reforçando o conjunto das lutas sociais contra a retirada dos direitos sociais. Em alguns desses países, os confrontos evoluíram para crises políticas que resultaram na derrubada de presidente da república eleito pelo voto popular. Foi o caso, respectivamente, de Fernando de la Rúa e Gonzalo Sanches de Louzada.

No México, houve confrontos impulsionados pela greve da indústria automobilística (1992). No Brasil, a greve dos petroleiros (1995) demonstrou a voracidade dos Estados nacionais, particularmente do seu braço repressivo para fazer cumprir a chamada "nova ordem mundial". Com esse propósito, o governo de Fernando Henrique Cardoso caracterizou-se por uma ofensiva radical contra o trabalho.

O fato é que, com exceção de alguns embates protagonizados na greve dos petroleiros (1995), ao longo da décadas 1990 e 2000, a CUT aprofundou uma postura de adesão às fórmulas pactuadas entre capital e trabalho. Isso ocorreu durante o acordo das montadoras por meio das câmaras setoriais em 1992, o qual previa a modernização dos parques industriais com o incentivo da produtividade, para combater o desemprego. A seguir (1996) veio o acordo da previdência social, formalizado sem qualquer debate mais amplo com os trabalhadores do serviço público. A mediação estatal, através dos fóruns tripartites, foi demarcando uma nova

postura da Central Única dos Trabalhadores, caracterizada pela simples defesa do emprego e do apelo à cidadania. A estratégia sindical, desenvolvida pela corrente majoritária da CUT, foi do abandono de qualquer perspectiva anticapitalista que articule os interesses históricos da classe trabalhadora com as preocupações complexas e heterogêneas desse novo proletariado.

2 AS “VIAS DE RENOVAÇÃO” DO MOVIMENTO SINDICAL

Para além da crise desse modelo sindical, importa discutir as suas “vias de renovação” a partir dos seus elementos organizacionais, estratégicos e ideológicos, tendo presente o conjunto de transformações do capitalismo contemporâneo. Isso supõe Alain Bihr, ao identificar pelo menos três crises imensamente importantes e que são parte da dinâmica atual do capitalismo: a crise socioeconômica, crise política e a crise ecológica. Esta última tem como principal causa o produtivismo e o industrialismo. Enfrentá-los supõe, de um lado, ir além do reformismo apregoado pelo conjunto dos movimentos ambientalistas e, de outro, o combate à defesa cega do mercado, cujos resultados se revelaram catastróficos para a humanidade.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem cerca de um bilhão de homens e mulheres precarizados e subempregados. Vivencia-se um período histórico em que a força de trabalho humana é descartada diariamente, na mesma medida em que aumenta o que Marx denominou exército industrial de reserva. Trata-se de um fenômeno cuja tendência de diminuição, na Europa, contrasta com a ampliação do proletariado na China, na Índia e em vários países do continente asiático e latino-americano. Algo próprio de uma globalidade desigual e combinada que contribui “mais uma vez para evidenciar que a função precípua do Capital não é atender necessidades humanas, mas acumular capital. Esse fenômeno possui uma configuração própria em cada país” (ALMEIDA, 1998, p. 69).

No Brasil, há que se levar em consideração a realidade do mundo do trabalho, marcada pela convivência entre as mais arcaicas estratégias de exploração dos trabalhadores. São recorrentes as formas de trabalho análogas à de escravidão, além de sofisticados processos de exploração em regiões da pré-Amazônia brasileira, com destaque para os Estados do Pará, Maranhão e Mato Grosso. Estas regiões, em face da implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos, convivem com diversas formas de degradação do trabalho. Significa dizer que as vias de renovação do sindicalismo devem partir das novas condições produzidas

pelos diversas reestruturações econômicas e, particularmente, dos impactos que produzem sobre as distintas esferas das relações sociais. (Almeida, 1998).

Seguindo a perspectiva desenvolvida por Alain Bihr (1998), compreende-se que o processo de internacionalização dessas lutas precisa explorar as suas vias de renovação, para enfrentar as formas mais degeneradas de sindicalismo institucionalizado. Por outro lado, as transformações, atualmente engendradas pelo capitalismo, apresentam para o movimento sindical dois importantes desafios: o primeiro, implica captar a realidade com a qual o proletariado atualmente se defronta, em cada realidade nacional e regional, e trabalhar a unidade da classe no sentido de superar a herança fordista e permitir a incorporação do conjunto dos trabalhadores precarizados e desempregados.

O segundo bloco de desafios é infinitamente maior, porque questiona a lógica da produção e reprodução do sistema capitalista. Por isso, segundo o autor, não deve se restringir apenas ao proletariado, mas ao conjunto da sociedade: trata-se da crise ecológica, da crise de sociabilidade e da crise cultural que, por serem portadoras de elementos de radicalização e de questionamentos da ordem capitalista, devem ser incorporadas pelo movimento operário, caso este queira renascer como força hegemônica e revolucionária.

O novo movimento operário deverá lutar pela redução da jornada de trabalho, reconstituição da unidade do proletariado, diversificação e reorientação da produção social e desenvolvimento da sociabilidade. Ao enfrentar esses desafios globais e desatar o nó da ordem capitalista, terá a possibilidade de remobilizar os trabalhadores restituir-lhes a esperança e confiança em si próprios e dar origem a uma nova dinâmica ascendente da luta de classes (BIHR, 1998, 186).

3 CONCLUSÃO

Esse conjunto de desafios implica “pensar em formas organizativas, pautas e estratégias de luta que respondam às demandas dos diversos setores da classe trabalhadora” (BADARÓ, 2003, p. 258). Isso, numa estratégia anticapitalista que deve se desenvolver simultaneamente dentro e fora do trabalho. Eis uma realidade que exige um movimento sindical de novo tipo, articulado às transformações contemporâneas e disposto a explorar as suas potencialidades, tanto estratégicas como táticas, tendo por base a realidade e a situação com a qual o proletariado atualmente se defronta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio. Estado, Nação, Transnacionalização: algumas reflexões em torno do Manifesto Comunista. **Lutas Sociais**, São Paulo: n.4, 1998.

BADARÓ, Marcelo M. Novas bases para o protagonismo sindical na América Latina: o caso brasileiro. In: LEHER R. ; SETUBAL, M. (Org.) **Pensamento Crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. [s.l.; s.n.,200-?]

_____. **A CUT hoje e os dilemas da adesão á ordem**. [s.l.]: Instituto de Estudos Socialistas, 2003.

ANTUNES, Ricardo. Os novos proletários do mundo. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.6, 1999.

BARBOSA, Zulene Muniz. Reestruturação Produtiva e Movimento sindical: reflexões para uma prática de esquerda. **Lutas Sociais**, São Paulo. n. 7. 2001.

_____. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capital**. São Luis: EDUEMA, 2006.

BIHR, Alain. **Da Grande Noite a Alternativa: o movimento europeu em crise**. São Paulo: Xamã, 1999.

BORGES, Célia. A atual Reestruturação produtiva e a crise econômica Global. **Lutas Sociais**, n 1. São Paulo, 1997.

_____. A atual reestruturação produtiva e as lutas sociais: enfrentando ideologias. São Paulo, **Lutas Sociais**, n. 6, 1999.

LOWY, Michel. Por um novo internacionalismo. **Lutas Sociais**, n. 5 São Paulo, 1998.

Zulene Muniz Barbosa

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Professora Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

E-mail: zulene.mb@uol.com.br

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Cidade Universitária Paulo VI – Caixa Postal 09
São Luís-MA.